

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: DEVER DO ESTADO E DIREITO DE TODOS

Raquel Girardi Carpes, Fábio Santana Nunes, Kely Cristina Costa, André Luís Alves Bacelar*
Disalda Leite**
João Danilo Batista de Oliveira***
Marize Souza Carvalho****

RESUMO: *O estudo trata do financiamento da educação nacional e compõe iniciativa da LEPEL/FACED/UFBA, desenvolvida pelos estudantes de pós-graduação da disciplina “Metodologia do Ensino e da Pesquisa sob enfoque materialista histórico dialético”. Analisa o papel do Estado, especificamente das relações entre: crise do capital, reformas do estado, política macroeconômica e suas implicações na Educação Nacional. Coleta dados na literatura pertinente e nas propostas de governo, considerando principalmente os dados do governo FHC – Fernando Henrique Cardoso – de 1994 a 2002, e do governo Lula. Reconhece a profunda crise estrutural e conjuntural do capital, suas estratégias para recompor sua hegemonia através das reformas estruturais, onde se destaca a reestruturação produtiva e a reforma do Estado. Identifica que a política econômica é dependente, centrada no endividamento em detrimento dos investimentos na área infra-estrutural e social do país, comprovada pelos constantes cortes no orçamento de verbas públicas destinadas a investimentos nas áreas sociais. No campo educacional, as orientações, principalmente as dos organismos internacionais tais como FMI – Fundo Monetário Internacional – e BM – Banco Mundial – são para que o Estado se desobrigue da educação e a converta em uma mercadoria a ser negociada na lógica dos mercados abertos. Os investimentos são irrisórios na educação, sendo o Brasil um dos piores países do mundo em termos de qualidade educacional. O que defenderemos com dados estatísticos é a necessidade de ampliação do montante de recursos públicos – parcela do PIB – a ser investida em educação, de forma a chegarmos a 10% do PIB brasileiro a ser investido em educação.*

Palavras-chave: Financiamento, Educação, Políticas-públicas.

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira vem sofrendo um processo de deterioração em decorrência da falta de investimentos à altura para responderem aos desafios das demandas. As instituições superiores de ensino são a ponta do “iceberg”. As pesquisas do IPEA – Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas Aplicadas-evidenciam o declínio nos investimentos. As instituições federais de ensino sofreram um processo de deterioração, paralelo ao beneficiamento das instituições privadas: tanto os montantes globais quanto os percentuais dos gastos com as IFES, em relação aos gastos com educação pública pelo governo federal, diminuíram de R\$ 6.627 milhões (21,9%) em 1995 para R\$ 5.478 milhões (17,6%) em 1999. No período, segundo o IPEA, foram 58% de diminuição dos recursos.

* Professores licenciados em Educação Física e alunos especiais da Pós-Graduação em Educação da FACED/UFBA.

** Professora da UFBA. Orientadora: Celi Nelza Zulke Taffarel, Professora Doutora Titular da Faculdade de Educação/UFBA, bolsista de produtividade em pesquisa do BNPq, e-mail: taffarel@ufba.br.

*** Professor Licenciado em Educação Física. Mestrando em Educação da FACED/UFBA

**** Socióloga. Professora da FACED/UFBA.



A sociedade brasileira, em seus fóruns legítimos, com, por exemplo, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, vem defendendo o direito de todos à educação pública, gratuita e de alta qualidade em todos os níveis. Mais do que um intangível bem público, a educação é um dever do Estado.

DESENVOLVIMENTO

A década de 90 foi um período de democracia de baixa intensidade, incapaz de ampliar a esfera pública frente à esfera privada regida pelo mercado. A educação foi ainda mais privatizada e, cada vez mais, commodificada. As desigualdades educacionais entre os ricos e os pobres aumentaram drasticamente, assim como entre os países do G-7 e a periferia do capitalismo. Como sustentou Florestan Fernandes, para reverter esse trágico quadro, é necessário um novo ponto de partida. As proposições do Banco Mundial para a educação superior fracassaram em toda parte e é preciso superá-las e não recauchutá-las.

No entanto as políticas governamentais dos últimos anos, no campo da educação, e em especial as ações do governo Lula estão cada vez mais mobilizando os empresários da educação para responderem aos grandes desafios colocados. O mercado está sendo convocado pelo governo federal para garantir esse direito humano fundamental. O mercado nunca socializou direitos e jamais poderá fazê-lo. A educação superior somente poderá ser assegurada a todos os milhões de jovens que a reivindicam – apenas 9 em cada 100 jovens de 18 a 24 anos estão matriculados em alguma instituição de ensino superior; destes, menos de 3 estão em uma instituição pública – por meio de políticas públicas estatais.

As análises realizadas por grupos de trabalho do ANDES-SN contestam as posições dos governantes. Diz a nota pública da direção do ANDES-SN

A defesa da tese de que o setor privado é “notoriamente mais eficiente” e que, portanto, a expansão deverá ter como eixo o fortalecimento das instituições particulares, por meio de parcerias entre o setor público e o privado (Parceria Público-Privada, PROUNI, Inovação Tecnológica, Documento II, Educação Profissional), apagando as distinções entre as esferas pública e privada é o principal tema de discussão da agenda educação superior.

Existem, no entanto, outras alternativas às políticas neoliberais. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública lutou por uma LDB democrática e construiu em sucessivos congressos nacionais de educação o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. Por meio de árduas lutas, combateu as tentativas de desregulamentação da autonomia encaminhadas por Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. A ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – promoveu seminários temáticos em todo o país e elaborou suas propostas. O mesmo fizeram, em diferentes níveis, UNE, Fasubra, Contee, Sinasefe, CNTE, ABC e SBPC e diversos Conselhos Universitários; o MST discute, há mais de uma década, um projeto educacional para o campo; o ANDES-SN colocou em debate o seu Projeto para a Universidade Brasileira. Há significativos pontos de convergência entre essas proposições, mas também marcadas diferenças. No entanto as medidas governamentais apontam para a observância das recomendações do Banco Mundial e do FMI que querem ver a educação regulamentada pela OMC.

As análises das entidades sindicais e de fóruns da sociedade brasileira tecem ferrenhas críticas a tais políticas-destrutivas. É com base em tais documentos que apresentamos os argumentos que nos permitem defender a tese da necessidade da construção de um lastro



nacional sólido, consistente de educação, ciência e tecnologia em nosso país com investimentos públicos que devem representar 10% do PIB para a educação pública e 3% do PIB em ciência & tecnologia de interesse público e não privado.

As entidades sindicais, entre as quais o ANDES-SN, argumentam corretamente que o maior obstáculo que a sociedade brasileira enfrenta atualmente reside no conteúdo e no método adotados pelo governo de Lula da Silva, o conteúdo advindo de orientações dos organismos internacionais, e o método, da construção de falsos consensos. O pressuposto fundamental de que a ampliação da oferta tem como eixo o setor privado, beneficiado por contratos de parcerias público-privadas, não levará à revitalização do setor público. Ao contrário, debilitará as instituições públicas que se esvaecerão na mesma intensidade do apagamento das fronteiras entre o público e o privado, como quer o Executivo ao tratar toda a educação como um etéreo bem público ou um interesse social sem os verdadeiros adjetivos: público e privado.

O método compromete o necessário processo democrático. O exercício da democracia requer que as negociações sejam verdadeiras, o que pressupõe que todas as questões relativas ao futuro da educação superior sejam colocadas em discussão e não apenas o instrumento que a elas servirá de arremate final, como é o caso do Documento II “Reafirmando compromissos...” com propostas para a reforma universitária. A sociedade brasileira reafirma em suas instâncias democráticas. “Não há democracia se não é possível discutir os conceitos básicos das ações governamentais”.

O governo Lula aumentou a destinação de verbas ao Programa de Financiamento do Ensino Superior (Fies), garantindo o pagamento das mensalidades aos capitalistas da educação e jogando a conta assim criada em cima dos estudantes. Está encaminhando propostas de financiamento das universidades públicas através de um acréscimo no IR dos formados nessas universidades, que é a outra face da moeda: financia-se o setor privado, desfinancia-se o público. A característica principal das propostas para educação do Governo Lula é o descompromisso gradativo do poder público com o financiamento às instituições de educação profissional, impondo a estas a tarefa de captar recursos.

Segundo Leher (2004), a submissão da educação ao “mercado” completa um processo de inflexão ideológica em relação aos objetivos fundadores do Estado nacional e da democracia política, em nome do “capital humano”, aquilo que certos dirigentes chamam de “*uma política social ativa do trabalho*”. Para eles, se a educação deve exercer seu papel principal, é principalmente em relação a essa obrigação da “empregabilidade”. E isso ao longo de todo o caminho, graças à *formação contínua*, cuja função é manter úteis e rentáveis os recursos humanos do país. A partir disso, o trabalho deixa de ser um sujeito social. Já é hora de elaborar uma crítica cerrada do conceito e das práticas dos “recursos humanos” e abandonar a utilização desse termo nas sociedades que se dizem fundadas sobre os direitos humanos.

Segundo Coggiola (2004), com a investida “global”, o Brasil passa agora do estágio da “mercantilização” da educação pública para o da transformação da educação, inclusive universitária, num apêndice direto da empresa capitalista, em especial do capital financeiro. A Ford e a Siemens lançaram projetos de educação a distância, e também a Unnext.com lançou-se formalmente no Brasil. É uma empresa estadunidense que se dedica à propagação do ensino à distância com cursos de pós-graduação especializados em assuntos da administração de negócios, associada, em nosso país, às Faculdades Ibmecc. A introdução do sistema de “cotas” – para negros ou para estudantes egressos da rede pública – não é só um toque cínico-populista de uma orientação elitizante/privatizante, mas também um meio de ataque contra a universidade pública, desqualificando-a e obviando o real problema: o sistema, cada vez mais monstruoso, dos vestibulares (e os lucrativos negócios associados a eles) e a ausência de um sistema universitário



estatal único, no qual os fundos públicos para a educação superior sejam destinados exclusivamente aos estabelecimentos públicos.

Ainda segundo Coggiola, as políticas de “discriminação positiva” só são efetivas num quadro de desenvolvimento amplo, democrático e público da educação (desenvolvimento que as tornaria gradativamente desnecessárias). No quadro atual, em que “a cor parece ser um excelente prenúncio para o fracasso ou sucesso no vestibular, pois se a proporção de ‘brancos’ aprovados é, praticamente, igual a de reprovados a proporção de ‘pretos’ e, principalmente, ‘pardos’ aprovados é bem menor do que a proporção de reprovados”,¹ tais políticas seriam, no melhor dos casos, um paliativo, visando eludir a discussão dos problemas de fundo, e no pior, um incremento da base do negócio dos “cursinhos”, que seria agora incrementada por uma concorrência semi-selvagem pelas vagas nas universidades públicas, assim como um futuro pretexto para a cobrança de mensalidades nas mesmas.

Para o ANDES-SN, nesse contexto, inverte-se o sentido que deveria ter, em todos os níveis do sistema educacional, um instrumento decisivo da sua melhora, a avaliação. No Brasil, consagrou-se uma cisão inaceitável entre avaliação individual e avaliação institucional, cisão, no entanto, necessária para fazer da avaliação um instrumento de concorrência e punição, no quadro geral de integração da universidade ao processo privatizante e elitizante. Dentro da profunda reforma da universidade, estão previstas poucas universidades de pesquisa, havendo predominância de escolas de terceiro grau destinadas ao mero treinamento. Controles burocráticos dariam o tom na consecução desses objetivos, e os tipos de avaliação em curso adequam-se a essa orientação: a avaliação é trazida à cena para legitimar a nova ordem de gestão direta e maciça do capital sobre a Universidade.

As medidas estão em curso, compõem um todo, constituído, em suas linhas gerais, além do referido Documento II, pelo PROUNI, pelo Projeto de Inovação Tecnológica, pelo Projeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica e pelo SINAES. A reivindicação é pela necessária criação de um espaço de discussão que inclua, além dos referidos instrumentos, a discussão das medidas heteronômicas criadas após 1988 que bloquearam o gozo efetivo da autonomia universitária. Igualmente, urge reverter, radicalmente, o *laissez-faire* que caracteriza o funcionamento e a expansão de instituições privadas. Somente atendendo a consistentes condições prévias estabelecidas pelo Estado – não passíveis de serem reduzidas a indicadores pontuais que acabam legitimando a existência de instituições que comprometem a credibilidade do sistema de ensino superior – podem as particulares atuar na educação superior. É importante destacar que o atendimento aos critérios públicos é condição prévia para que uma instituição privada possa fazer jus ao status de universidade, por conseguinte para a autonomia universitária.

O eixo da expansão das vagas deve ser o ensino público e gratuito. As verbas públicas que seriam repassadas para o setor privado, por meio das parcerias público-privadas, materializadas no PROUNI e no Documento II, devem ser aplicadas nas instituições públicas, com o propósito de ampliar a oferta, um requisito necessário para democratizar o acesso em uma perspectiva universal.

A OMC volta à carga com sua exigência da declaração da educação superior como serviço (mercadoria), pleiteando a “abertura” do mercado educacional brasileiro para o grande capital internacional. O ex-ministro da Educação, Paulo Renato, já se declarou publicamente “corretor” (testa-de-ferro) dos “investimentos externos” em educação superior, o que merece repúdio moral, vindo de alguém que exerceu responsabilidades na universidade pública. O ministro da Educação, Cristovam Buarque, declarou à imprensa que considera “salutar” o interesse de grupos estrangeiros em investir no mercado brasileiro de ensino particular. A

¹ GUIMARÃES. Antonio S. Sucesso e cor no vestibular da USP. *Informe-FFLCH*, São Paulo, n. 17, dez. 2000.



política do governo Lula está encampando a tendência para a maior privatização do ensino superior.

O orçamento do Ministério da Educação para o segundo ano de mandato do presidente Lula aumentou em 23% o dinheiro destinado a financiar estudantes de universidades privadas. As verbas do Fies passam de R\$ 673,8 milhões para R\$ 829,2 milhões, de acordo com a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso. A ampliação do financiamento para estudantes em instituições privadas antecipa um dos “temas” da reforma do ensino superior. José Dirceu declarou que o assunto faz parte da nova agenda de reformas do governo. O principal programa de financiamento a estudantes universitários de escolas privadas já consumiu mais de R\$ 2 bilhões desde o segundo semestre de 1999, quando foi criado. Entre as escolas particulares, o Fies Alcança cerca de 8% dos alunos, segundo o MEC. A procura por financiamento, no entanto, é bem maior do que o dinheiro disponível. No segundo semestre de 2003, por exemplo, 277 mil alunos disputaram 70 mil empréstimos. Os demais temas da reforma são polêmicos no governo. O debate tem o apoio do Banco Mundial. Sua tese é que a universidade brasileira desvia parte expressiva dos gastos sociais. Em documento apresentado em julho de 2003 ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco afirma que os gastos com ensino superior no país “beneficiam apenas poucos privilegiados”. O ministro Cristovam Buarque admitiu discutir “novas formas de financiamento das universidades públicas” (leia-se cobrança de mensalidades ou anuidades). A portaria e as ações desencadeadas, visando à implantação do Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores e à instituição de um instrumento para aferir o desempenho e o mérito profissional de professores da educação básica em todo o país, seguindo proposta do Banco Mundial, vem recebendo críticas de diversos setores. O MEC usou dados da pesquisa nacional realizada em maio de 2003 com 2 mil docentes da educação básica, em 488 escolas, 198 municípios e 24 estados, o que corresponde a apenas 0,1% de uma categoria profissional de cerca de 2 milhões de educadores, em 3% dos municípios. Essa pesquisa, com forte caráter indutor, buscou mostrar a potencial concordância do professorado com a necessidade de avaliação. A continuidade de semelhantes políticas educacionais não é aceitável nem cabível, pelos seus resultados desastrosos, que colocaram o Brasil em uma das últimas posições em termos de qualidade do ensino no mundo.

Segundo dados estatísticos do próprio governo, as universidades públicas no Brasil atendem hoje menos de um terço da demanda de 3 milhões de matrículas.

De 1995 até hoje, o número de instituições privadas de ensino superior subiu de 684 para 1.762. Nelas estudam 2,1 milhões de alunos. Projeções apontam que esse total será de 6,3 milhões em 2008, o que representa uma taxa de crescimento anual das matrículas de 11%. De olho nesses números, a JP Morgan Partners – maior empresa de *private equity* do mundo – também busca investimentos em educação aqui. A empresa, que já tem recursos aplicados no exterior, possui um fundo de US\$ 570 milhões para investir pelos próximos três anos em negócios na América Latina. Grupos brasileiros também querem entrar no jogo. Empresas privadas passam a captar recursos no país e no exterior para formar um fundo para investir exclusivamente em educação e saúde. Não há barreira legal para investimentos desse tipo. Paulo Renato Souza, em um de seus pronunciamentos, deixou claro que “Em 1997, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) abriu essa possibilidade e nós regulamentamos. Até então, o ensino superior não podia ter fins lucrativos”, disse o ex-ministro, que agora trabalha como consultor. Um dos serviços oferecidos pela Paulo Renato Souza Consultores é justamente buscar oportunidades de investimentos em educação para os fundos – que “também sejam boas para as instituições de ensino”, explicou o ex-ministro.² Segundo dados do ANDE-SN, por enquanto, nenhum fundo

² Paulo Renato Souza, ministro da Educação por oito anos, abriu a Paulo Renato Souza Consultoria, que “tem por objetivo buscar boas oportunidades para os fundos de investimento”. Traduzindo: um negócio que aponta aos investidores do mercado financeiro



conseguiu bater o martelo com instituições de ensino. Os investidores dizem que muitos proprietários de faculdades e universidades superestimam o valor de venda de suas instituições. Ou então, falta a elas transparência administrativa suficiente para que se tornem negócios atraentes para os investidores.

A participação de capital estrangeiro em escolas brasileiras é vista com muitas reservas por acadêmicos e especialistas, que denunciam o risco de mercantilização do ensino. “Os interesses das empresas são os lucros, e quem visa o lucro quer o mais rápido possível”, disse a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Wrana Panizzi: “A educação mais duradoura, que forma cidadãos independentes, exige investimentos de mais longo prazo. As empresas têm outros objetivos”.

CONCLUSÃO

A investida das multinacionais na educação superior se apóia na triste realidade: menos de 20% das vagas de graduação do país são de universidades públicas. A quantidade de vagas oferecidas em todo o país já corresponde a 86% do número de concluintes de ensino médio (1,8 milhão em 2001), mas somente 17% são gratuitas. O número de vagas oferecidas nos vestibulares no Brasil cresceu mais de 200% nos últimos anos, passando de 517 mil, em 1991, para 1,6 milhão, em 2002. Mais de 72% delas concentram-se em duas regiões do país: Sul e Sudeste. O Nordeste é a região com maior participação da rede pública no número de vagas oferecidas: 35,7%. Por outro lado, as instituições públicas na Região Sudeste têm uma participação de pouco mais de 10%, um reflexo da concentração dos estabelecimentos privados nas regiões mais desenvolvidas economicamente.

Os países imperialistas estão ampliando cada vez mais as discussões sobre participação externa no setor de educação. Liderados pelos Estados Unidos, estão incluindo o tema na pauta da OMC e também nas negociações para a Alca. Uma das propostas é que sejam suspensas todas as limitações para que instituições de ensino estrangeiras abram filiais em outros países. A educação entraria para o rol de serviços que se pretende liberalizar, algo que permitiria também que professores estrangeiros atuassem fora de seus países. “Ao se liberar, deixam de valer os parâmetros curriculares locais. Eles seriam uma barreira. As instituições teriam o direito de conceber a forma de ensino, os currículos e trabalhar com a sua visão do mundo”, disse o professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e um dos sete membros do Órgão de Apelação da OMC, Luiz Olavo Baptista. A presença de universidades estrangeiras já é realidade em muitos países, especialmente nos ex-satélites da ex-União Soviética. O ministro da Educação fez um pronunciamento na 32ª Plenária Geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em Paris, França, propondo um fundo para financiar e apoiar a “educação para todos”, cujos recursos viriam de parte do valor pago pelos países pobres para pagamento da dívida externa. Seria a “conversão” de 20% do serviço da dívida. O fundo seria para aplicar o

oportunidades de geração de lucros em instituições semifalidas de ensino superior. A lógica é simples. instituições universitárias privadas são compradas por estrangeiros, que dão uma “garibada” em sua imagem publicitária e revendem por um preço multiplicado. Paulo Renato, como ministro, promoveu a abertura indiscriminada de cursos em instituições privadas, sem qualquer critério para o controle de qualidade. Patrocinou a expansão de faculdades e universidades igualmente particulares com dinheiro do BNDES. Distribuiu bolsas de estudo para estudantes dessas instituições, garantindo o lucro dos mercadores da educação. Em São Paulo, por exemplo já existem mais vagas nesses cursos do que gente para preenchê-las. Ao mesmo tempo, as universidades federais afundam-se em problemas gerados diretamente pela falta de verbas. A defesa do ex-ministro? “Em 1997, nós regulamentamos. Até então, o ensino superior não podia ter fins lucrativos”. (Diogo Moysés. A alegria de ter sido governo. Do site: <http://www.ivanvalente.com.br/index.htm>)



financiamento de três ações: alfabetização; programa Bolsa-Escola; formação de professores, e, ainda, para a realização de estudos em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre os indicadores da educação, alfabetização, desempenho dos alunos, formação e dedicação dos professores.

Todas as medidas anunciadas e em curso devem ser criticadas e combatidas a partir de critérios científicos elaborados ao longo do árduo, difícil e complexo enfrentamento das relações capital X trabalho que indicam a subsunção do trabalho ao capital expressa na super exploração da mais valia, na manutenção da propriedade privada e na contradição da produção coletiva, mas apropriação privada dos bens produzidos pelo trabalho humano. A aplicação proveitosa da educação e da ciência & tecnologia, segundo o que aponta a histórica luta da classe trabalhadora e as análises de estudiosos no campo socialista como Mézáros (2003), somente se dará assentada em quatro pilares: a) planificação com base nos interesses humanos e não nos do capital e do mercado, b) democracia com superação da ditadura do capital, c) cooperação internacional socialista, d) abolição paulatina do mercado. Planificação sob os auspícios das reivindicações dos sujeitos históricos que estabelecem as prioridades da maioria da população que, em suas organizações operárias, expressam a vontade dos trabalhadores. A substituição do mercado pela planificação é um processo paulatino que exige uma dinâmica de inovação adaptada ao ritmo desta renovação. Com estes alicerces socialistas, será possível aplicar de forma genuína e eficaz o processo inovador de criação da educação, ciência & tecnologia com perspectivas dignas de vida para toda a humanidade. Para tanto, é imprescindível derrubar os vetos ao Plano Nacional de Educação, a Lei de responsabilidade fiscal imposta pelo FMI para garantir pagamento de dívida externa e ampliar os investimentos públicos para 10% do PIB para a educação pública.

REFERÊNCIAS

CADERNO Adusp. **Como e por quê as fundações privadas “de apoio” estão destruindo o caráter público e gratuito da USP.** São Paulo, 2004.

CADERNOS Andes. **ANDES – SN: 20 anos – Trajetória, lutas e perspectivas (Memória da luta III).** São Paulo – SP: 2001.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Poder do Estado e Poder dos Docentes** - Um olhar sobre o Movimento Docente da UFPA. Belém – PA: SPEP/GRAPHITTE, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e ciência na crise global.** São Paulo: Xamã, 2001

CUNHA, Luiz Antônio e Moacyr de Góes. **O golpe na Educação.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editó: 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O Brasil nos condena.** Entrevista concedida a Marlise Groth da “A Notícia”. Joinville, SC, jun. 2001a.

_____. Prefácio. In: RAMOS, M. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001b.

KUENZER, Acácia (Org). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2001.



LEHER, Roberto. **O Bird e as reformas neoliberais na educação**. Publicação acadêmica e informativa dos professores da PUC – SP. São Paulo, n 6, 1999.

LOUREIRO, Isabel e Maria Cândida Soares Del-Masso. (Organização). **Tempos de Greve na Universidade Pública**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, São Paul: Cultura Acadêmica, 2002.

NODARI, Eunice Sueli. **Luta e resistência: APUFSC 20 anos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.